

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	19/03/2019	67,2cm ²	Política	3

CNJ inicia inspeção no Tribunal de Justiça

EDITORIA DE POLÍTICA COM ACESSORIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou ontem (18) inspeção no Tribunal de Justiça de Alagoas. A comitiva foi recebida pelo presidente Tutmés Airan de Albuquerque Melo e outros desembargadores e juizes, no gabinete da Presidência.

Liderada pelo conselheiro Aloysio Corrêa da Veiga, corregedor nacional substituto, a equipe seguirá com os trabalhos até a sexta-feira (22), colhendo informações sobre funcionamento das unidades, movimentação processual, precatórios, entre outras questões.

O ministro Aloysio Corrêa explicou que o procedimento é de rotina. "É uma visita anual que a Corregedoria Nacional de Justiça faz em todos os tribunais, para que nós possamos ter conhecimento de toda a atividade jurisdicional e possamos naturalmente preparar políticas públicas de aprimoramento do Judiciário" declarou o corregedor nacional.

O presidente Tutmés Airan ressaltou que o Conselho é sempre bem-vindo. "Do ponto de vista correio-

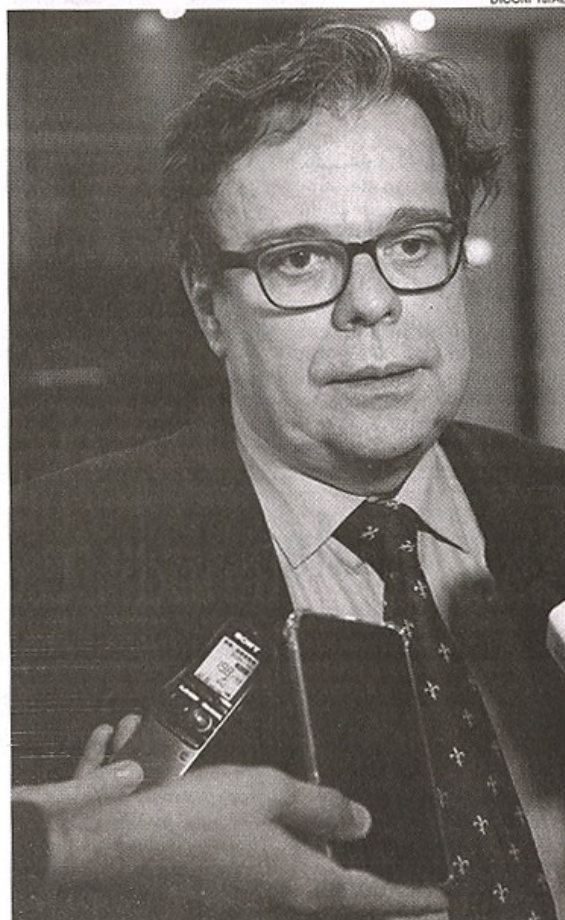
nal não há o que esconder, há o que mostrar. E a função do Conselho Nacional de Justiça hoje é muito mais do que meramente correicional, ele vem, na verdade, nos orientar para prestar o melhor serviço à população. Toda ajuda nesse sentido é muito bem-vinda", disse o presidente do TJ/AL.

O corregedor-geral da Justiça de Alagoas, Fernando Tourinho de Omena Souza, frisou que a oportunidade também contribui para uniformizar procedimentos.

"Nós vamos abrir as portas do Tribunal para mostrar tudo que estamos fazendo para melhorar os serviços. E a Corregedoria é o ponto central do Poder Judiciário, porque trabalhamos junto aos servidores e magistrados".

ATUAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça vai prestar, ainda, assessoria aos juizes e servidores que atuam nas audiências de custódia em Alagoas. O objetivo é promover melhorias nas audiências, não apenas em Alagoas, mas em todo o País. O trabalho de assessoria em Alagoas deve começar no meio do ano e durar até o final de 2020.



Tutmés Airan ressaltou que o CNJ tem sido parceiro do TJ/AL

Veículo	Data	Espaço	Editória	Página
Tribuna Independente	19/03/2019	37 cm ²	Política	3

COMPOSIÇÃO Maurício Brêda retorna ao Conselho de Segurança

O ex-presidente do Conselho Estadual de Segurança de Alagoas (Conseg), juiz Maurício Brêda, está nomeado, em Diário Oficial do Estado (DOE), para compor o quadro de integrantes do Conselho, atuando como representante do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL).

A publicação pode ser vista no DOE de segunda-feira (18), autorizada pelo governador Renan Filho (MDB).

Após a saída do magistrado do Conselho Estadual de Segurança, no início deste ano, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entrou com um pedido de anulação do ato normativo da Corregedoria, que proibia a participação de juizes em conselhos fora do Poder Judiciário. A ação foi ingressada junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com a Associação dos Magistrados Brasileiros, houve o pedi-

do de anulação por conter “vício formal, pois a matéria veiculada, atinente à conduta dos magistrados, somente poderia ter sido objeto de recomendação expedida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, e não, um ato normativo da competência exclusiva e privativa do corregedor nacional de Justiça, como ocorreu”.

Ainda conforme a ação ingressada junto ao Conselho Nacional de Justiça, a Associação dos Magistrados Brasileiros fez questão de ressaltar que vício de ilegalidade e inconstitucionalidade poderia “inviabilizar a atuação relevantíssima de membros da Magistratura em prol do Poder Judiciário e da nação”, conforme entendimento do inciso I, do § único do art. 95, da Constituição Federal, assim como do art. 36 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman) e do art. 21 do Código de Ética da Magistratura. (E.P.)